

REGÊNCIA VERBAL: NORMAS E USOS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Tania Maria Nunes de Lima Câmara (UERJ)

Denise Salim Santos (UERJ)

Resumo: Considerando a realidade brasileira, é de grande relevância o estudo da variação linguística existente, que decorre de fatores de diferentes naturezas, tais como geográficos, sociais e situacionais. Cabe salientar que tais variações ocorrem em todos os campos da língua: o fonético-fonológico, o lexical, o sintático e o semântico. Ainda que cada uma dessas variações cumpra o papel que lhes cabe em termos de interação social, é importante destacar a importância que o conhecimento da variante padrão desempenha em uma sociedade letrada. O domínio dessa variante garante o livre acesso aos bens culturais, permitindo-lhes ação mais efetiva na transformação da comunidade linguística em que se inserem. O presente artigo tem como foco o campo da sintaxe, mais especificamente, a sintaxe da regência verbal, no qual se prioriza o estudo dos verbos transitivos. O estudo da sintaxe de uma língua ultrapassa, e muito, o conhecimento de nomenclaturas adequadas à classificação de termos, orações e conectores; ao contrário, o conhecimento da sintaxe de uma língua permite que seus usuários aprimorem a capacidade de leitura e de produção de textos. Efetiva, portanto, o desenvolvimento da competência comunicativa, que evolui a gramatical e a textual. O tema em pauta visa a analisar o desempenho linguístico de 53 alunos concluintes do Ensino médio frente à produção de enunciados em que lhes é solicitada o emprego de verbos que, segundo os padrões da gramática tradicional, são regidos por preposições específicas. Como fundamentação teórica, recorreremos, entre outros estudiosos, a Bechara (2009), Azeredo (2008), Castilho (2012) e Neves (2000).

Palavras-chave: Ensino; Língua Portuguesa; Regência verbal; Verbos transitivos; Desempenho linguístico.

Abstract: Considering the Brazilian reality, it is of great relevance to study the existing linguistic variation, which results from factors of different natures, such as geographic, social and situational. It should be noted that such variations occur in all fields of the language: phonetic-phonological, lexical, syntactic and semantic. Although each of these

variations fulfills their role in terms of social interaction, it is important to highlight the importance that knowledge of the standard variant plays in a literate society. The mastery of this variant guarantees free access to cultural goods, allowing them to act more effectively in the transformation of the linguistic community in which they operate. This article focuses on the field of syntax, more specifically, the syntax of verbal regency, in which the study of transitive verbs is prioritized. The study of the syntax of a language goes far beyond the knowledge of adequate nomenclatures for the classification of terms, sentences and connectors; on the contrary, knowledge of the syntax of a language allows its users to improve their ability to read and produce texts. Therefore, the development of communicative competence, which evolves grammatical and textual, is effective. The subject in question aims to analyze the linguistic performance of 53 high school students facing the production of statements in which they are asked to use verbs that, according to traditional grammar standards, are governed by specific prepositions. As a theoretical basis, we use, among other scholars, Bechara (2009), Castilho (2012) and Neves (2000).

Keywords: Teaching; Portuguese language; Verbal Regency; Transitive verbs; Linguistic performance.

INTRODUÇÃO

A experiência de sala de aula como professoras de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental II e Médio durante um longo tempo, bem como os depoimentos trazidos por mestrandos e doutorandos dessa mesma disciplina que atuam como professores dos sete últimos anos da Educação Básica mostram que, apesar das muitas mudanças que vêm ocorrendo na prática docente do ponto de vista metodológico, ainda se mostra necessário um olhar cuidadoso no que diz respeito ao ensino dos fatos gramaticais, que devem ser vistos como instrumento de desenvolvimento da capacidade

leitora e escritora do aluno, nas situações em que o domínio do registro linguístico padrão constitui uma exigência. Assim, o ensino da língua materna carece ainda de cuidados e de mudanças efetivas, no intuito de verdadeiramente garantir a formação do cidadão linguisticamente consciente e proficiente.

A busca de uma reflexão e de um novo procedimento de ensino é o objetivo da presente pesquisa, tomando como foco o emprego de pronomes relativos, regidos ou não de preposição. Já há algum tempo, assuntos ligados ao ensino de aspectos semântico-sintáticos da Língua Portuguesa vêm despertando nossa atenção, e a condição de leitoras de textos produzidos por ex-alunos da Educação Básica e, inclusive, por alunos do ensino superior enfatiza a relevância de se reverem determinados procedimentos face à ocorrência de erros encontrados com frequência.

Nosso objeto de estudo é constituído das respostas dadas por cinquenta e três vestibulandos, escolhidos aleatoriamente, à questão de número 05 da prova discursiva de Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa do Vestibular 2016 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tal prova é considerada específica para os candidatos aos cursos de Artes, Comunicação Social, Direito e Letras. Na seção

destinada à análise dos dados, será apresentado o enunciado da referida questão da prova, bem como analisados os resultados obtidos. Trata-se de um estudo qualitativo, cujo propósito é tentar compreender e levantar possibilidades para o desempenho dos candidatos envolvidos, bem como estabelecer um encaminhamento metodológico que reduza ou dirima os erros frequentemente encontrados. Os dados percentuais apresentados constituem meras indicações.

No trabalho de sala de aula, a preocupação do professor consciente de premência da adoção de uma nova metodologia na abordagem dos fatos gramaticais certamente vai levá-lo a trabalhar com a preocupação maior de fazer do domínio de tais fatos um meio de o aluno fazer um uso adequado com a finalidade de desenvolver sua capacidade de expressão, na medida em que passa a ser capaz de perceber a língua como um instrumento rico que ele pode administrar de maneira funcional e criativa, fazendo escolhas pertinentes à situação comunicativa em que se encontre. Esse é, sem dúvida, o sonho que os professores intimamente alimentam e desejam ver ou saber realizado.

LÍNGUA PORTUGUESA E ENSINO

Até meados dos anos de 1960, o ensino de Língua Portuguesa orientava-se por uma perspectiva fundamentalmente

gramatical, adequada à época. O texto, por sua vez, escrito por diversos autores ligados a momentos literários distintos compunha as memoráveis Seletas, Antologias, e era, de modo geral, apresentado ao aluno como deleite; uma produção artística que, tal qual uma pintura ou uma escultura, ele apreciava e saboreava. O “prazer do texto”, tal como nos ensina Barthes (2004), decorria desse contato, que já vinha incentivado e possibilitado pela família, à qual cabia a formação intelectual de seus descendentes. À escola, cabia um burilamento da bagagem de conhecimentos que o aluno trazia consigo, ou seja, desenvolver a arte do “bem falar e do bem escrever”, dado que o aluno de então já dominava, por influência do meio familiar, uma variante linguística bastante próxima da norma padrão, na fala e na escrita.

Nos anos de 1970, a democratização do acesso à escola de fato ampliou o efetivo de alunos matriculados, o que, conseqüentemente, alterou significativamente o perfil discente, na medida em que promoveu a inserção de discentes com desempenho linguístico bastante distinto daquele que, até então, frequentava a sala de aula. Foi, portanto, necessária mudança de enfoque para o ensino da língua materna, uma vez que o registro padrão não mais se mostrava a única forma de expressão presente.

É importante lembrar que tal situação coincidiu com a visão tecnicista que se instalava e que marcou os estudos linguísticos. Tal tecnicismo ligava-se à visão da língua unicamente como instrumento de comunicação, do que resultou um estudo voltado para a prática de exercícios estruturais, o treinamento de habilidades de leitura e o ensino de técnicas de redação que, efetivamente, não garantiam ao aluno o papel de comunicador proficiente, pois, no cotidiano, a comunicação verbal entre os indivíduos de uma comunidade linguística não se restringia à utilização de fórmulas e de esquemas aplicados à língua, com vistas à construção do discurso. As orientações formais e as transformações apresentadas especialmente nos livros didáticos mostravam-se meras atividades repetitivas, exteriores a qualquer espécie de reflexão por parte do aluno, principalmente porque dissociadas do texto, verdadeira unidade de interação social.

Muito menos pautado no propósito de estudar a língua materna meramente como instrumento de comunicação, os anos de 1980, por conta de estudos na área da Linguística Textual, trouxeram alterações expressivas na maneira de abordar aspectos ligados à língua. A escola, porém, não alterou de maneira significativa o modo de ensinar língua

materna para falantes nativos em termos de uso de novas estratégias metodológicas. A percepção de uma nova visão de língua portuguesa, bem como a adoção de metodologias adequadas visavam ao desenvolvimento da competência comunicativa do aluno, na condição de falante, ouvinte, leitor, escritor, o que, por sua vez, levá-lo-ia a enxergar a linguagem um conjunto amplo no qual a expressão verbal se apresenta como um dos elementos econômicos, um fenômeno de interação verbal.

Levando-se em conta o fato de que a interação humana ocorre, segundo Bakhtin (2000), por meio de textos, qualquer que seja sua extensão ou complexidade, estes ganham lugar de destaque no ensino da língua materna. Além disso, o papel ativo do aluno no processo da aprendizagem, no tocante ao uso da língua, revela-se igualmente essencial, na medida em que o coloca não só na condição de sujeito histórico de seu discurso, por meio do qual interage com outros membros de sua comunidade linguística, como também no papel de interlocutor de outros sujeitos.

O texto, portanto, especificamente no presente estudo o texto verbal escrito, constitui o instrumento de formação e de desenvolvimento do cidadão, em termos de constituição da identidade e do exercício da cidadania. A proficiência

do uso da língua materna como lugar de interação humana envolve, retornando os objetivos acima citados, o domínio desse instrumento em todos os níveis de interação.

Sabe-se, porém, que, apesar de uma mudança considerável de caráter metodológico atualmente verificada, muita coisa ainda precisa ser feita. O trabalho com conteúdos gramaticais desvinculados do ensino da leitura e da produção escrita ocorre ainda com certa frequência nas salas de aula da Educação Básica, destinando-se ao trabalho com o texto o mero papel de pretexto para a abordagem de tópicos gramaticais. Entenda-se aqui que não se pensa, em hipótese alguma, abolir o ensino da gramática da língua padrão; ao contrário, o próprio recorte estabelecido demonstra que o propósito deste artigo é fazer com que os conhecimentos gramaticais solidamente sedimentados entre os saberes que o aluno detém funcionem como instrumentos para a formação de um falante/ouvinte/autor/leitor proficiente nas diferentes situações comunicativas ante as quais se encontre.

Em pesquisa realizada por Neves (2003) com 170 professores do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da rede oficial de quatro cidades do Estado de São Paulo, no tocante aos conteúdos mais trabalhados e fixados por meio de exercícios, o resultado foi o seguinte: classes de

palavras (39,71%); sintaxe (35,85%); morfologia (10,935); semântica (3,37%); acentuação (2,45%); silabação (2,25%); texto (1,44%); redação (1,44%); fonética e fonologia (0,96%); ortografia (0,80%); estilística (0,32%); níveis de linguagem (0,32%); versificação (0,16%). Importa observar que, na tabulação acima, foram considerados todos os exercícios apresentados, inclusive aqueles não classificados como essencialmente gramaticais, tais quais os de redação e os relativos a aspectos do texto. É possível que os percentuais referentes a cada um dos assuntos reflitam o grau de segurança dos professores ao trabalharem cada um deles, expondo, de maneira evidente, o procedimento da tradição escolar. Embora a referida pesquisa haja sido realizada em universo restrito a São Paulo, é justo afirmar que não se estará incorrendo em erro ao estabelecer tal quadro como representativo da escola brasileira como um todo.

Considerando o foco do presente estudo, chama a atenção o fato de sintaxe ser o segundo assunto mais trabalhado pelo professor. Como tal rótulo envolve uma vasta quantidade de conteúdos, não se tem uma ideia precisa do que está sendo considerado nesse trabalho. Talvez se aposte na frequência maior de exercícios envolvendo o estudo do período simples e a identificação dos termos oracionais; o estudo do período

composto com o reconhecimento das estruturas sintáticas de coordenação e de subordinação, bem como a classificação das orações que formam os períodos apresentados. A considerar os resultados revelados no *corpus* da presente pesquisa, não nos parece que a regência verbal, bem como o emprego de pronomes relativos figurem entre os tópicos mais explorados, ainda que tais conhecimentos, assim como todo o conteúdo gramatical, desempenhem papel primordial tanto no ensino da língua materna quanto nas atividades relativas à leitura e à produção textual. Regência verbal e emprego de pronomes relativos serão os temas das seções que seguem.

REGÊNCIA VERBAL E TRANSITIVIDADE

No estudo da regência, Azeredo assim se posiciona:

Um termo A rege um termo B sempre que a presença de B no contexto da oração depende da presença de A; em muitos casos, a própria forma de B é determinada por sua relação com A. Em sentido estrito, ocorre regência quando A requer a anexação de B, de sorte que B exerce o papel sintático de complemento de A. Se A é um verbo, temos regência verbal, e o verbo chama-se transitivo; [...] O ponto de vista normativo na abordagem gramatical dedica especial atenção à seleção da preposição que estabelece o elo entre o termo A e o termo B. (2008, p.150)

Com relação ao comportamento do verbo transitivo, sem perder o foco da presente pesquisa, concentramos nossa atenção nos verbos a que Azeredo classifica como biobjetivos – aqueles que “são seguidos de dois termos adjacentes”, e que se subdividem em cinco subtipos, dentre os quais destacamos o grupo dos “transitivos diretos e relativos (TDR)” (2008, p.215), seguidos de objeto direto (OD) e complemento relativo (CR): “Transformou **o príncipe** em um sapo.”; O guarda autorizou **o chofer** a estacionar na calçada” (2008, p.215), nos quais o termo em negrito funciona como objeto direto e o sublinhado, como complemento relativo.

Bechara, no estudo referente ao predicado, traz a noção de termos argumentais, ou seja, aqueles que aparecem solicitados ou regidos “pelo significado lexical referido pelo verbo” (2009, p.412) da oração. Assim, na oração que serve de exemplo ao autor – “Graciliano conheceu **experiências amargas** durante sua vida” (2009, p.412) –, o termo em negrito constitui argumento do verbo “conhecer”, em sua forma de pretérito perfeito do indicativo “conheceu”, uma vez que é solicitado pelo seu significado lexical. Tal fato pode ser provado, segundo o autor, caso o referido termo fosse apagado da oração: “Graciliano conheceu durante sua vida” (2009, p.412), ou seja, o termo “experiências amargas” está condicionado por relações sintáticas e semânticas ao verbo.

O autor citado acima apresenta os tipos de argumentos do verbo, entre os quais se encontram dois que nos interessam de perto: o complemento direto ou objeto direto, exposto no exemplo apresentado no parágrafo acima, e o complemento relativo, que “vem introduzido por preposição” (BECHARA, 2009, p.419). Sejam os exemplos: “Poucos não confiaram no empregado” / “Poucos assistiram ao concerto”.

No dizer de Castilho, “a transitividade [...] organiza a estrutura argumental da sentença, juntamente com a concordância e a colocação” (2010, p.264). Dentro dessa organização, aborda o autor os constituintes sentenciais de um predicador; no caso em estudo, o predicador é o verbo. Ao lado do argumento externo – o sujeito –, “assim denominado porque é gerado fora do sintagma verbal” (CASTILHO, 2010, p.263), encontram-se os “argumentos internos, ou complementos, gerados dentro do sintagma verbal” (2010, p.263). Como argumentos internos, apresenta o objeto direto: “argumento interno, expresso por um sintagma nominal comutável pelos pronomes *o* e *ele* acusativo, ou por uma sentença, comutável por *isso* (O menino pegou **a prova**. / Ele disse **que chegaria cedo**.); o objeto indireto, “argumento interno expresso por um sintagma preposicional comutável pelo pronome *lhe*, *a ele* ou por uma sentença

(O menino entregou-lhe / a ele a prova. / O menino entregou a prova a quem estava encarregado disso.) (2010, p.266); o complemento oblíquo, “argumento interno, expresso por um sintagma nominal ou por um sintagma preposicional proporcionais a uma preposição + *ele/isso/lá*, por um sintagma adverbial comutável por um sintagma preposicional, ou por toda uma sentença comutável por *disso*, *para isso*” (2010, p.266). O autor, ao contrário de Azeredo e de Bechara, não faz uso da nomenclatura “complemento relativo”.

Os estudos dos autores citados nesta seção servirão de base para a análise do *corpus* da presente pesquisa.

ORAÇÕES ADJETIVAS E EMPREGO DE PRONOMES RELATIVOS

Com frequência se observa que, ao serem apresentadas, em exercícios escolares, as orações subordinadas, o aluno não apresenta dificuldade em reconhecer as subordinadas adjetivas, em função da presença de pronomes relativos como elementos que fazem a união das orações. Tal facilidade, no entanto, fica estacionada nesse ponto – no nível da identificação – uma vez que uma série de problemas são percebidos quando do uso desses pronomes nos textos que produzem, bem como nas respostas da questão da prova de vestibular que constituem o *corpus* da pesquisa em pauta.

A estruturação sintática da subordinação, na qual estão incluídas as orações adjetivas, consiste, segundo Azeredo, “em combinar duas unidades livres, geralmente de classes diferentes, de modo que uma delas sirva de base à construção e a outra seja sua expansão” (2008, p.149). Com relação ao período composto por subordinação que apresenta oração subordinada adjetiva, esta, ainda no dizer do autor, constitui um sintagma adjetivo derivado, dado que assume a forma de “uma oração convertida em sintagma adjetivo por meio de um pronome relativo” (2008, p.266) que, além de ser um conectivo, desempenha o papel de transpositor, tal como ocorre em “As árvores que *eu plantei*” (2008, p.266). Tais orações “ocorrem obrigatoriamente após o substantivo ou pronome a que se referem: As casas *que o engenheiro construiu* / O menino *cujo pai é pintor* / Alguém *em quem possamos confiar*” (AZEREDO, 2008, p.269).

O papel de transpositor exercida pelo pronome relativo acumula, ainda de acordo com Azeredo, “três funções: anafórica (retoma ou reitera um antecedente), conectiva (insere a oração transposta na construção maior) e sintática (é sujeito, complemento ou adjunto na oração transposta)” (2008, p.316). Talvez seja esse o grande problema que o aluno enfrenta quando do emprego do pronome relativo em seus

textos: desconhecer que tal pronome desempenha função sintática na oração em que está inserido e, dependendo da função exercida, necessitará de uma preposição adequada à regência do verbo dessa mesma oração. Entendemos não ser um procedimento simples, mas que pode ser assimilado caso o aluno seja orientado a refletir sobre o procedimento envolvido na construção.

De acordo com Bechara, a hipotaxe ou subordinação “consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior poder funcionar num estrato inferior, ou em estratos inferiores” (2009, p.47). Ou seja, “É o caso de uma oração passar a funcionar como ‘membro’ de outra oração...” (2009, p.47). Assim, “O aluno *estudioso* vence na vida” ao lado de “O aluno *que estuda* vence na vida”, “em que o adjunto adnominal representado pelo adjetivo *estudioso* pode também ser representado por uma oração que, pela equivalência semântica e sintática com *estudioso*, se chama *adjetiva*. (BECHARA, 2009, p.465). Em sequência, ainda de acordo com Bechara, “a oração independente *O aluno estuda*, mediante o transpositor *que*, representado pelo pronome relativo, transpõe a oração independente a funcionar, num nível inferior, como adjunto adnominal do substantivo *aluno...*” (2009, p.465).

Assim como Azeredo (2008), Bechara aborda a questão da função sintática que o pronome relativo desempenha na oração em que se insere: “O transpositor relativo que, na oração subordinada reintroduz o antecedente a que se refere, acumula uma função de acordo com a estrutura sintática da oração transporta” (2009, p.466). Remetendo-se ao exemplo apresentado no parágrafo acima, demonstra que “a oração *que estuda* vale por *o aluno estuda*, já que o pronome relativo é aí o representante do antecedente *aluno*” (2009, p.466), que desempenha a função sintática de sujeito na construção *O aluno estuda*, “o que nos leva a verificar que o pronome relativo *que*, na construção *que estuda*, funciona como sujeito explícito do núcleo verbal *estuda*. O autor chama ainda a atenção para o fato de que o relativo pode aparecer marcado por um índice preposicional, preposição esta que estará em consonância com o verbo da oração na qual se encontra o pronome. (2009, p.466). Assim, em *O livro de que gostas está esgotado* e *A cidade a que nos dirigimos ainda está longe*, o pronome relativo *que* aparece antecedido, respectivamente, pelas preposições *de* e *a*, exigidas pelos verbos *gostar* e *dirigir-se*.

No estudo das funções do pronome relativo, Castilho traz que este “desempenha simultaneamente dois papéis:

enquanto pronome, recebe funções argumentais ou de adjunção do verbo da sentença que ele encabeça; enquanto conjunção, liga a adjetiva ao núcleo do sintagma matriz” (2010, p.368), tomando como alguns exemplos “*O homem que comprou o livro veio trocá-lo*” / “*O livro de que lhe falei está bem guardado*”, nos quais a ausência e a presença de preposição antes do pronome relativo, respectivamente, está na dependência direta do tipo de argumento que representa em relação ao verbo da oração em que se insere.

Os estudos trazidos pelos três gramáticos apresentados fornecem ao leitor algumas pistas para os problemas decorrentes do emprego dos pronomes relativos não só pelos alunos, mas também pelos falantes nativos em geral. Mostra-se oportuno destacar aqui que o referido uso indevido pelos falantes nativos está diretamente relacionado ao tipo de contato que estes tiveram com o assunto na fase escolar. Dois são os problemas que se evidenciam: o primeiro liga-se ao fato de o pronome relativo desempenhar função sintática na oração que ele encabeça; o segundo está relacionado à escolha da preposição que acompanha o pronome, pois tal escolha não se faz de maneira aleatória; ao contrário, está na dependência direta da regência do verbo presente na oração adjetiva.

Assim sendo, a metodologia adotada pelo professor, ao trabalhar com seu aluno, ganha destaque, uma vez que não serão suficientes exercícios que recorram unicamente à identificação da oração adjetiva ou à classificação desta. O processo de encaixe da oração adjetiva junto ao termo que se apresenta como seu antecedente na oração principal envolve o domínio de operações mentais com um certo grau de complexidade, tais como a escolha do pronome relativo adequado; a presença ou não de preposição, em função do papel argumental que a oração adjetiva desempenha; a escolha da preposição que irá acompanhar o pronome como resultado da regência do verbo da oração adjetiva; a colocação do pronome relativo encabeçando a oração adjetiva, com ou sem preposição. Não se trata, pois, de um mero ato de memorização, dadas as inúmeras possibilidades de construção de estruturas nas quais o pronome relativo deve ser empregado adequadamente, nas situações comunicativas em que esse padrão for exigido.

CÓRPUS E ANÁLISE DOS DADOS

O corpus da presente pesquisa, como já abordado na Introdução, é formado pelas respostas dadas por cinquenta e três candidatos, aleatoriamente escolhidos, à questão de número 05 da prova discursiva de Língua Portuguesa/

Literatura Brasileira do Vestibular 2016 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A referida questão foi elaborada com base no texto 2 da prova, um fragmento do romance *O Encontro Marcado*, de Fernando Sabino, e apresentava o seguinte enunciado:

Era uma espécie de êxtase: fazer de simples prova de natação, **a que ninguém o obrigava**, uma disputa **em que parecia empenhar o destino**, fazer da arrancada final uma luta contra o cansaço, em que a vida parecia querer prolongar-se além de si mesma. (l.8-10)

Reescreva as duas orações subordinadas adjetivas sublinhadas, fazendo uso da expressão “a qual”, de acordo com a norma-padrão.

O padrão de resposta esperado pela Banca era, respectivamente, “a qual ninguém o obrigava” e “na qual parecia empenhar o destino”. O conteúdo da primeira oração remete à ideia de obrigar alguém (representado lexicalmente pelo pronome pessoal oblíquo *o*) *a* (preposição exigida pelo verbo) alguma coisa (no caso, a prova de natação). Assim, ocorre a crase da preposição *a* com o *a* de *a qual*, do que resulta a forma à qual.

A segunda oração, por sua vez, traz, em seu conteúdo, a ideia de parecer empenhar o destino *em* alguma coisa (no caso, na disputa). A combinação da preposição *em* (exigida

pelo verbo empenhar) com a expressão solicitada *a qual* resulta na combinação *na qual*.

O conteúdo que envolve a regência dos verbos mencionados nos dois parágrafos acima, bem como as devidas preposições, apoia-se em Fernandes (1990) e Houaiss e Villar (2009).

Na reescritura da primeira oração adjetiva, foram encontradas seguintes substituições: a) “a qual” – 48 (90%), b) “à qual” – 2 (4%), c) “a que” – 2 (4%), d) “em que” – 1 (2%).

Tem-se, assim, um total de 02 acertos (4%) e 51 erros (96%). Dois fatores podem ser considerados na ocorrência com maior percentual de respostas. O primeiro diz respeito ao fato de o candidato não perceber a necessidade do emprego da preposição *a*; o segundo, por sua vez, relaciona-se à ideia de que, por uma questão de homofonia, o candidato não realiza a crase, na medida em que seu ouvido registra somente um único *a*. As respostas referentes aos itens **c** e **d** apontam dificuldade na leitura do enunciado ou desconhecimento total do conteúdo abordado na questão.

As substituições registradas na segunda oração foram as seguintes:

a) “na qual” – 15 (28%);

b) “a qual” – 32 (62%);

c) “da qual”/ “que”/ “à qual”/ “em que” / “o qual”/ “ao qual” – 6 (uma ocorrência para cada substituição) (10%).

O resultado obtido permanece alarmante, revelando 15 acertos (28%) e 38 erros (72%). Evidencia-se aqui o desconhecimento total do candidato quanto ao emprego do pronome relativo antecedido de preposição. Mostra-se possível afirmar que ele desconhece as relações de regência verbal que sustentam a escolha da preposição adequada ao verbo da oração que o pronome relativo encabeça.

Unindo-se as avaliações realizadas em separado, tem-se, então, o seguinte resultado final:

- a) acertos integrais da questão: 02 (4%);
- b) acertos somente na primeira oração: 0;
- c) acertos somente na segunda oração: 13 (24%);
- d) erro integral na questão: 38 (72%).

O número baixíssimo de acertos na questão ou o altíssimo número de erros conduz a reflexões importantes acerca do ensino da gramática da Língua Portuguesa na Educação Básica para falantes nativos. Ensinar o português àqueles que o têm como língua materna não significa fazer registros em uma folha de papel em branco; afinal os candidatos são usuários e adquiriram a língua espontaneamente por meio

da interação verbal cotidiana que vieram estabelecendo entre diferentes grupos sociais.

A escola constitui um desses grupos e cabe a ela possibilitar ao usuário nativo o acesso aos bens culturais, na medida em que tal instituição tem como propósito maior a formação do leitor/autor proficiente, condição típica da formação cidadã. E, no âmago dessa formação, encontra-se o domínio da língua padrão, norma linguística que cabe à escola ensinar, já que outras normas referentes a outros registros o aluno já domina pelo motivo exposto no parágrafo anterior.

Considerando os resultados obtidos na análise do corpus em pauta, é possível afirmar que o registro da norma padrão não se encontra, como deveria, presente nas salas de aula. O medo que possivelmente alguns professores sentem de serem considerados antiquados, ultrapassados pelos colegas faz com que, na verdade, nada seja feito no tocante à ampliação da competência comunicativa do aluno, que tem, no domínio da língua padrão, uma de suas sustentações.

Um cuidado especial merece, portanto, o ensino da gramática normativa da língua portuguesa nas escolas. Caso não sejam tomadas as medidas necessárias, os alunos acabarão por formar uma casta de indivíduos incapazes de ascender verticalmente a pirâmide social brasileira, uma

vez que lhe foi negado, por um preconceito absurdo e infundado, conhecer, em sentido pleno, as regras que regem a sua língua materna. Uma reflexão: a quem interessa essa realidade vivida por grande parte da sociedade brasileira?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado exposto é preocupante e remete à possibilidade de ampliação do estudo que o professor de Língua Portuguesa da Educação Básica poderá realizar caso resultados semelhantes aos aqui apresentados sejam constatados com seus alunos.

A sintaxe – de regência, de concordância e de colocação – constitui um campo de estudo, assim como todos os demais, de extrema importância e, com frequência, alunos da Educação Básica, graduandos em geral e profissionais de diferentes áreas demonstram dificuldade tanto na produção do texto escrito quanto na do texto oral em situações formais de uso.

É possível atribuir a existência de tal dificuldade mais a aspectos metodológicos do que àqueles de conteúdo propriamente dito. A maneira como o assunto é geralmente apresentado ao aluno nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio é pautada na decoreba dos pronomes relativos, no reconhecimento destes como

conectores em orações adjetivas, momento em que podem aparecer regidos de preposição ou não. Assim, não é dada ao aluno a possibilidade de refletir acerca do papel que o pronome relativo em suas respectivas orações nem que o emprego deste ou daquele pronome relativo resulta de uma livre escolha do usuário, tampouco a preposição que, quando necessária, deve acompanhá-los.

Assim, dificuldades encontradas no Ensino Fundamental, se não forem devidamente sanadas ao longo da vida escolar ou no nível superior, certamente acompanharão o indivíduo pelo resto de sua vida, podendo trazer-lhes alguns constrangimentos em situações em que dele se espera o emprego adequado da norma linguística padrão.

A relevância da pesquisa em pauta fica patenteada em função da alta frequência dos desvios cometidos pelos 53 candidatos escolhidos aleatoriamente no universo dos concorrentes ao exame de vestibular da UERJ em 2016. Constatou-se o fato descrito e analisado, sem que se saiba se se tratava de um recém-concluinte do Ensino Médio, de alguém que concluiu o Ensino Médio não em 2015, de um graduando buscando o ingresso em outro curso, de um graduando disputando uma vaga em uma universidade pública ou de um profissional cuja ascensão na empresa em

que trabalha depende da conclusão de um curso de nível superior, somente para citar algumas possibilidades de perfil dos indivíduos que constituíram o presente corpus.

O fato é que o problema existia em 2016 e, possivelmente, continue a existir, o que exige de nós, professores, consciência da realidade e atitude adequada à mudança do triste quadro exposto.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos (2008). *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Publifolha.

BAKHTIN, Mikhail (2000). *Estética da comunicação verbal*. 3.ed. Maria Ermantina Galvão (Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

BECHARA, Evanildo (2009). *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

CASTILHO, Ataliba T. de (2010). *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto.

FERNANDES, Francisco (1990). *Dicionário de verbos e regimes*. 37.ed. São Paulo: Globo.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles (2009). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

NEVES, Maria Helena de Moura (2003). *Gramática na escola*. 7.ed. São Paulo: Contexto.

Tania Maria Nunes de Lima Camara é Doutora em Letras pela UERJ. Coordenadora do curso *Português para a comunidade* do programa LICOM /PLIC da UERJ. Atua nos cursos de Doutorado e Mestrado em Língua Portuguesa, e Graduação em Letras da UERJ, câmpus Maracanã. É autora da obra *As múltiplas faces do ser machadiano: um olhar crítico sobre os nomes próprios* e organizadora das obras *Língua Portuguesa:*

tradições e modernidade; Estudos de Língua Portuguesa: reflexões; Língua Portuguesa: descrição e ensino. Coordena o grupo de pesquisa *Práticas sociais da expressão linguística e práticas escolares: leitura, produção textual, ensino*. Área de atuação: ensino de Língua Portuguesa: leitura, gramática e produção textual.

E-mail: taniamnlg@gmail.com

ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-0976-9361>

Denise Salim Santos é Doutora em Letras pela UERJ. Coordenadora do curso de pós-graduação *lato sensu* em Língua Portuguesa. Atua nos níveis de Mestrado, Especialização e Graduação em Língua Portuguesa da UERJ, campus Maracanã. Participou da organização dos livros *Estudos de língua portuguesa: reflexões; Tradições e modernidade: trocando experiências sobre Língua Portuguesa* e *Língua Portuguesa: tradição e modernidade*. É integrante do GT de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia (GTLEX).

Email: d.salim@globo.com

ORCID iD: <http://orcid.org/00000002-49326058>

Recebido em 10 de julho de 2020

Aprovado em 5 de agosto de 2020